



**ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS  
DIREITOS DA MULHER – REALIZADA NO DIA 03 DE AGOSTO DE 2022**

1 Nos dias 03 de agosto de dois mil e vinte e dois, às nove horas no segundo dia, foi realizada a 2ª  
2 Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM. A reunião  
3 presencial, iniciou com a presença das conselheiras do Poder Público: Titular: Ana Lúcia Carvalho  
4 de Azevedo Muñoz dos Reis (Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres); Titular: Danielle  
5 Cristina Lanús (Casa Civil da Presidência da República); Suplente: Mariléia Silva de Paula  
6 (Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial); Titular: Amália Lustosa  
7 Albuquerque Camillo da Silveira (Secretaria Especial da Previdência e Trabalho do Ministério da  
8 Economia); Titular: Paula Maria Araújo dos Santos (Secretaria Especial do Desenvolvimento  
9 Social/ Ministério da Cidadania). Sociedade Civil: Titular: Adélia Moreira Pessoa (Instituto  
10 Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM); Titular: Alice Bianchini (Conselheira de Notório  
11 Conhecimento); Titular: Beatriz Maria Luchese Peruffo (Federação das Associações de Mulheres  
12 de Negócios e Profissionais - BPW-BRASIL); Titular: Berenice D’arc Jacinto (Confederação  
13 Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE); Suplente: Celecina Rodrigues dos Santos  
14 (Instituto Eco Vida); Titular: Celina Alves Padilha Arêas (Central dos Trabalhadores e  
15 Trabalhadoras de Brasil - CTB); Titular: Cleide Silva Pereira Pinto (Conselho Nacional dos  
16 Trabalhadores Domésticos - FENATRAD); Titular: Deusimar Corrêa (Centro de Estudos Afro-  
17 Religioso e Cultural Rumpaimé Héviôsô Zôônokum Mean); Titular: Estela Marcia Rondina  
18 Scandola (Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos); Titular:  
19 Evelin Cavalini Santana (Articulação Brasileira de Lésbicas); Titular: Gilcelene Braga Assumpção  
20 (Evangélicas pela Igualdade de Gênero – EIG); Titular: Glaucia de Fátima Barban Morelli  
21 (Confederação das Mulheres do Brasil); Titular: Laudelina Inácio da Silva (Associação Brasileira  
22 de Mulheres de Carreira Jurídica); Titular: Mara Luzia Feltes (Central Única dos Trabalhadores -  
23 CUT); Suplente: Natammy Luana de Aguiar Bonisson (SNPG/MMFDH); Suplente: Nágyla Maria  
24 Galdino Drumond (Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM); Titular:

25 Sônia Maria Zerino da Silva (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI);  
26 Suplente: Francilene Carvalho de Mesquita (Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas  
27 pela Hanseníase – MORHAN); Titular: Moema Carvalho Lima (Rede Nacional de Mulheres  
28 Negras no Combate à Violência). Equipe técnica: Maria Crislane Pinto Pereira (Coordenadora -  
29 Geral do CNDM); Salete Da Silva Aragão; Theo Artequelino Da Silva Cruz; Rosemberg Ricardo  
30 de Sales – (fiscal de evento) e Barbara Brenda Saraiva Barbosa. Item 1. Abertura: Dando início aos  
31 trabalhos, a Presidente **Ana Lucia Carvalho de Azevedo Muñoz dos Reis**, cumprimentou a todas  
32 e mencionou que está fazendo um registro e colhendo as sugestões apresentadas. Passou para o Item  
33 2. Aprovação da pauta: A Senhora **Maria Crislane Pinto Pereira**, realizou a leitura da pauta  
34 sendo: 1. Abertura da 2ª Reunião extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; 2.  
35 Informes de Conjuntura; 3. Aprovação das 66º, 67º Reuniões Ordinária e 1º Reunião Extraordinária;  
36 4. Relatórios das Câmaras Técnicas: 4.1. Câmara Técnica Plano Nacional Políticas para as  
37 Mulheres; 4.2. Câmara Técnica Planejamento e Orçamento; 4.3. Câmara Técnica de Legislação e  
38 Normas; 4.4. Câmara Técnica Assuntos Internacionais; 5. As mulheres e a luta pelos direitos  
39 sexuais reprodutivos; 6. O orçamento destinado às políticas públicas para as mulheres e seus  
40 desafios - Exposição do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; 7. Projetos que  
41 tramitam no senado e na câmara: Retrocesso ou avanço? - Senado ou Câmara; 8. Eleições da  
42 Comissões; 9. Construção do calendário para a 5º conferência; 10. Encerramento. A Senhora  
43 **Laudelina Inácio da Silva**, solicitou uma inversão de pauta do item 9 e justificou a possibilidade  
44 de falta de *quórum*. A Presidente **Ana Lucia Carvalho de Azevedo Muñoz dos Reis**, esclareceu  
45 que não seria possível transferir para o primeiro e justificou que o tópico, pois serão recebidos  
46 convidados externos. Sugeriu passar para o tópico seguinte, sendo o item 10, com os demais  
47 seguindo na sequência, o que foi consensuado. Não havendo considerações e objeções, a Presidente  
48 **Ana Lucia Carvalho de Azevedo Muñoz dos Reis**, aprovou a pauta em questão. Avançou para o  
49 próximo Item 2. Informes de Conjuntura: A Senhora **Maria Crislane Pinto Pereira**, explanou que  
50 abre a inscrição para que sete conselheiras, com o tempo de três minutos, possam se pronunciar e  
51 passou a palavra. Com a palavra, a Conselheira **Adélia Moreira Pessoa**, mencionou referente a um  
52 manifesto de uma Carta Compromisso, que foi aprovado nesse conselho, sendo o manifesto de  
53 maior participação da mulher na política. Salientou que custou muito trabalho e solicitou que esse  
54 manifesto seja encaminhado, formalmente, aos partidos de cada estado através das coordenadorias e  
55 secretaria. Completou solicitando que seja entregue, nos conselhos municipais, estaduais, mas de

56 maneira formal, pois analisou que muitos desconhecem desse documento. A Conselheira **Laudelina**  
57 **Inácio da Silva**, comunicou que as mulheres da Associação Brasileira de Carreira Jurídica,  
58 conseguiu com muita luta levar ao Brasil a Presidência Internacional da Federação, que agrega mais  
59 de 90 países, e completou que a eleição ocorreu em Angola, e com o apoio das companheiras da  
60 África, foi que obteve a vitória sobre a candidatura da Itália. Citou a Manoela Gonçalves, sendo a  
61 atual presidente do Brasil e que teve a honra de juntamente com ela ser eleita vice-Presidente, sendo  
62 um total de dez, sendo a vice-presidência específica para América Latina e Caribe e colocou o cargo  
63 a disposição a todas as companheiras do CNDM, e que possuem ideias para a promoção das  
64 mulheres principalmente do continente brasileiro. A Conselheira **Vanja Andrea Reis dos Santos**,  
65 pontuou, referente a Carta Compromisso, que a Secretaria realizou iniciativas idênticas as que já  
66 tinham sido realizadas, e solicitou parceria. Destacou que o Conselho Nacional de Saúde está  
67 realizando os preparativos para a 17ª Conferência Nacional de Saúde e que haverá plenárias em  
68 todos os estados e conferências abertas entre as entidades para discutir sobre a saúde, do SUS e  
69 sobretudo da saúde da mulher no Brasil. A Conselheira **Mara Luzia Feltes**, relatou que na última  
70 reunião da Câmara Técnica de Planejamento e Orçamento, foi debatido a notícia das setenta e oito  
71 ações que o governo teria realizado. Completou que nesse relatório, existe uma solicitação, o  
72 alcance que obteve e que posteriormente será apresentado. Externou seu incomodo, justificando que  
73 todas as vezes que o orçamento é discutido no conselho, verificou uma diminuição comparado aos  
74 outros anos e que existe um conselho com diferentes entidades, com o papel do controle social e  
75 desconhece essas setenta e oito ações e que para ter conhecimento seria entrar na plataforma, e  
76 compreende que deveria ser compartilhado com o conselho. A Conselheira **Celina Alves Padilha**  
77 **Arêas**, compreendeu que estão em um momento crucial e que daqui a trinta e dois dias o rumo do  
78 país será definido pela presidência, pelos senadores e deputados, sendo que os dados que aparecem  
79 atualmente deixam as mulheres excluída dessa luta. Salientou que, realizando um balanço dos vinte  
80 e seis, existe apenas uma mulher candidata a governadora, e das candidatas a Deputada Federal, no  
81 máximo foi cumprido a cota, considerando ser pior para estadual. Analisou que esse Conselho  
82 necessita entregar a cada candidato e candidata a deputada e deputado, federal e estadual e as  
83 Presidências do Brasil, as reivindicações realizadas no conselho como deliberação e observou que  
84 verificou na Câmara que existem vários projetos parados e os que são aprovados não são  
85 cumpridos. A Conselheira **Estela Márcia Rondina Scandola**, solicitou que em uma próxima  
86 reunião houvesse a inserção do tema “O Impacto das grandes obras de desenvolvimento na vida

87 mulheres”, pontuou o papel fundamental que a rede feminista realizou referente ao levantamento do  
88 que significa a gravidez em crianças no Brasil. Mencionou que o número de crianças que se tornam  
89 mães nesse país é uma a cada vinte minutos, ou seja, os dados dos partos de crianças indicam que  
90 não foi realizado o serviço necessário de prevenção e que não foi realizado o trabalho de  
91 abortamento legal dos casos de estupro cometidos nesse país, sendo necessário se debruçar sobre  
92 esses fatos e realizar uma articulação desse Conselho com o CONANDA para realizar uma política  
93 efetiva de garantia de direitos sexuais de crianças e adolescentes e que a educação necessita realizar  
94 um papel fundamental de direitos sexuais garantido a defesa dos direitos sexuais de crianças e  
95 adolescentes. A Presidente **Ana Lucia Carvalho de Azevedo Muñoz dos Reis**, mencionou que  
96 quando se formou na área de sociologia e Ciências Políticas e ao se formar, trabalhou em  
97 consultoria política e esteve presente em uma palestra somente de mulheres dentro do parlamento  
98 em que a então Ministra Iriny Lopes, realizou uma fala inesquecível, o qual se sentiu acolhida,  
99 relatando a dificuldade de ser uma mandatária e que a Rose de Freitas foi votar com um bebê de  
100 dois dias, com parto de cesariana e agradeceu essa atitude e nunca imaginou que enquanto cientista  
101 política estaria nesse conselho e citou os casos de estupro no Rio de Janeiro, com mulheres  
102 realizando uma cesariana e o cárcere privado de uma mulher por dezessete anos. Relatou que a  
103 Ministra Iriny Lopes, ao relatar da dificuldade de ser mandatária, citava a situação de abandono por  
104 parte dos maridos deixando todo o pleno emocionado, o que é diferente atualmente. Salientou que a  
105 ministra compartilhou o quanto foi julgada ao se tornar Secretária Nacional por estar com um bebê  
106 de sete meses e se colocou à disposição para a construção de algo bem emblemático para o dia 15  
107 ou 16 de agosto, sendo o início da campanha, a respeito do manifesto do conselho. Sugeriu entregar  
108 ao TSE e realizar um trabalho coordenado dos conselhos estaduais para realizar essa entrega. A  
109 Conselheira **Natammy Luana de Aguiar Bonisson**, concordou com a fala da Conselheira Mara  
110 Luzia Feltes, justificando que apresenta ao governo federal a responsabilidade de ser transparente  
111 com as ações desenvolvidas e que no momento atua como diretora do Departamento de Promoção  
112 em Educação em Direitos Humanos e que possui atualmente um dos maiores Programas de  
113 Educação em Direitos Humanos, sendo um dos maiores do Mercosul e da América, e um dos  
114 maiores produzidos por estado do mundo. Salientou que existe um curso denominado “Salve uma  
115 mulher” e que verificando o painel de monitoramento, existe quase 3.000 certificados expedidos,  
116 devido seu lançamento recente e solicitou que as conselheiras divulguem o curso em seus estados e  
117 explanou do que se trata o mesmo. A Conselheira **Sônia Maria Zerino da Silva**, ressaltou sobre a

118 dificuldade de acesso a cartilha e questionou sobre a parte prática. Prosseguiu para a próximo Item  
119 3. Aprovação das 66º, 67º Reunião Ordinária e 1º Reunião Extraordinária: A Senhora **Maria**  
120 **Crislane Pinto Pereira**, informou que foi enviada por e-mail. Não havendo considerações e  
121 retificações a Presidente **Ana Lucia Carvalho de Azevedo Muñoz dos Reis**, declarou aprovadas  
122 as atas das 66º, 67º Reunião Ordinária e 1º Reunião Extraordinária. Ato contínuo, passou para o  
123 Item 4. Relatórios das Câmaras Técnicas: 4.1. Câmara Técnica Plano Nacional de Políticas para as  
124 Mulheres: A Conselheira **Vanja Andrea Reis dos Santos**, relatou que em reunião, e realizaram  
125 alguns encaminhamentos ao realizar a leitura do quadro político atual, levando em consideração a  
126 situação das políticas públicas para as mulheres no Brasil, com a conclusão de que existem muitas  
127 políticas paralisadas, outras encaminhadas e não satisfatória e algumas em estado de preocupação.  
128 Informou que realizaram um retrato histórico sobre o funcionamento do governo e a resistência das  
129 conselheiras da continuação do mesmo cumprir seu papel de controle social. Considerou que o  
130 pleito da última eleição foi um sucesso. Comunicou que a Conselheira Deusimar Corrêa, realizou a  
131 leitura de uma pesquisa com um aumento preocupante da porcentagem de feminicídio no Rio de  
132 Janeiro, de Janeiro a julho de 2022. Completou que apreciaram a proposta de recomendação  
133 conjunta de conselhos para a garantia do direito ao aborto legal, e visto a essas questões foi debatido  
134 que deveriam discutir sobre a questão da proteção contra a violência sexual e gênero institucional.  
135 Mencionou que a recomendação deve ter sido aprovada atualmente, no Conselho Nacional de  
136 Direitos Humanos - CNDH, no Conselho Nacional de Ouvidoria das Defensorias Públicas -  
137 CNODP, no Conselho Nacional de Saúde - CNS e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do  
138 Adolescente – CNDCA. Foi realizada uma recomendação ao Ministério da Educação, para a  
139 inclusão na grade curricular a produção e a difusão de conhecimentos sobre relações de gênero,  
140 identidade de gênero, orientação sexual, raça, etnia em todos os níveis e modalidades de ensino a  
141 ser apresentado em reunião posterior para aprovação. A Conselheira **Danielle Cristina Lanius**,  
142 ponderou sobre a recomendação para o Ministério da Educação, que analisou um PL há tempos  
143 atrás que alterava algumas coisas e verificou que existe todo um procedimento, como aprovação  
144 pelo Conselho Nacional de Educação, não sendo algo simples a alteração da grade. Sugeriu  
145 verificar para recomendação ser encaminhada para o local específico. Passou-se para o Subitem 4.2.  
146 Câmara Técnica Planejamento e Orçamento: A Conselheira **Mara Luzia Feltes**, e avaliou uma  
147 reunião produtiva e houve várias respostas relativo a dúvidas e esclarecimentos, além do  
148 conhecimento proporcionado sobre os assuntos da Câmara Técnica. Comunicou que foi informado

149 pela equipe de orçamento que os recursos relativos ao funcionamento do CNDM e da conferência  
150 mão estavam com os valores de acordo com o descrito e mencionou que como a Conferência não  
151 entra nesses valores, solicitou saber o valor previsto para conferência para a realização da mesma.  
152 Ressaltou que nas planilhas disponibilizadas pela Secretaria e analisadas, não encontraram  
153 elementos que comprove as afirmações governamentais da realização das 79 ações realizadas em  
154 benefício das mulheres. Solicitou que haja representante da bancada feminina do Senado Federal e  
155 da Câmara dos Deputados e que sejam convidados para exposição no próximo pleno os resultados  
156 das ações analisadas e realizadas pelos dois locais. Elencou algumas demandas para a Secretaria  
157 Nacional de Políticas para Mulheres, sendo: 1. O parecer técnico impeditivo, referente a emenda  
158 parlamentar Deputada Federal Tábata Amaral; 2. A prestação de contas ou o Plano de execução de  
159 trabalho do Instituto Amor 21; 3. A prestação de contas ou o Plano de execução de trabalho da  
160 Instituição Vida Renovada; 4. Que as informações recebidas continuem avançando no seu grau de  
161 qualidade demandada. 5. A planilha de resta a pagar dos anos de 2018, 2019 e 2020; 6. Relatório do  
162 Referencial Monetário de 2023 a ser apresentado no pleno; 7. Relatório de todos os termos de  
163 convênio e fomento para análise da execução e efetividade para as mulheres; 8. Detalhamento e  
164 execução do valor investido na rubrica do Moção em Defesa de Direitos Humanos para todos, com  
165 ano referencial 2021; 9. Informação do custeio da Conferência par a mulheres 2023. Registrou o  
166 excelente assessoramento da Magda, Lorena e Salete. A Conselheira **Francilene Mesquita**,  
167 ressaltou a importância de verificar esses balanços e sabe-se, de fato, que existem instituições  
168 somente com o objetivo de captar recursos. Sugeriu-se que encaminhem os convênios para todas as  
169 coordenadorias estaduais ou Secretaria da mulher e para os Conselhos Estaduais. A Conselheira  
170 **Glaucia de Fátima Barban Morelli**, analisou, referente as emendas, que não está detalhado a data  
171 de quando entrou na Secretaria e quantas vezes ficou por restos a pagar e justificou que necessita  
172 analisar a forma que está sendo tratada essas emendas, quanto a liberação financeira delas. Avançou  
173 para o Subitem 4.3. Câmara Técnica de Legislação e Normas: A Conselheira **Adélia Moreira**  
174 **Pessoa**, relatou que houveram três reuniões, sendo duas *on line* e uma presencial. Informou que foi  
175 tratado em reunião sobre o regimento interno, sobre o manual do abortamento e verificaram  
176 algumas propostas, além da chegada da Conselheira Estela Márcia Rondina Scandola para constituir  
177 o Grupo de Trabalho, e que nessa ocasião será apresentado para aprovação no pleno. Completou  
178 que houve a proposta de um grupo de trabalho para verificação dos PL's e últimas Leis sobre  
179 Direitos da Mulher e sugeriu a realização de um evento em relação a questão da mulher no mês de

180 agosto. A Conselheira **Danielle Cristina Lanius**, mencionou que foi aprovado em reunião  
181 extraordinária uma proposta de alteração do regimento interno desse conselho e por questão de  
182 procedimento, minuta aprovada foi encaminhada para análise jurídica, juntamente ao MMFDH, que  
183 emitiu uma manifestação e apresentou uma proposta de substitutivo ao texto aprovado. Completou  
184 que as alterações foram analisadas no âmbito da Câmara Técnica e que futuramente haverá uma  
185 reunião específica para discutir essas alterações no âmbito do Conselho e que será encaminhado  
186 para apreciação, mencionando que optaram por manter o texto original. A Conselheira **Estela**  
187 **Márcia Rondina Scandola**, realizou uma introdução sobre o abortamento no Brasil, e salientou  
188 que houve diferentes ações do Ministério da Saúde, especialmente na Secretaria de Atenção  
189 Primária, que envia ao Brasil um manual de abortamento no Brasil, desfazendo uma longa e difícil  
190 conquista sobre o tema do abortamento. Completou que, em reunião, optaram pela criação de um  
191 Grupo de Trabalho (GT), com prazo determinado, deste conselho para a emissão de um parecer  
192 sobre quais as ações que devem ser realizadas frente a esse guia ou manual. Relatou que se realizou  
193 uma solicitação para um posicionamento frente a portaria que desmontou a Rede Cegonha em frente  
194 a sexta edição da Cartilha da Cegonha. Salientou que anteriormente criou-se um grupo de  
195 *WhatsApp*, sendo esse grupo composto por oito pessoas que se candidataram para compor o GT e  
196 questionou quem se habilitaria para a participação. A Conselheira **Vanja Andrea Reis dos Santos**,  
197 destacou sobre os encaminhamentos mencionados na Comissão de Monitoramento, onde foi  
198 debatido sobre uma ação de Inter conselhos relacionados a esse mesmo tema e solicitou que a  
199 recomendação fosse repassada a todas as conselheiras e justificou que foi preparada por um  
200 conjunto de conselhos, incluindo um da área de direito e que trata de várias questões que estão  
201 sendo apontadas. A Conselheira **Alice Bianchini**, complementou que se realizou um levantamento  
202 tanto no Senado Federal, quanto na Câmara dos Deputados e temas, projetos de lei, que tratam da  
203 questão da mulher, seja no aspecto da saúde, do trabalho, de violência e dentre outros que totalizam  
204 mais de mil e setecentos projetos de lei que tratam do tema da mulher, sendo humanamente  
205 impossível lidar com esse número em cada dia. Explanou que a partir dessa perspectiva, analisaram  
206 identificar a localização dos maiores problemas e um levantamento em relação aos retrocessos no  
207 que se refere aos direitos sexuais reprodutivos. Citou sobre a elaboração de um questionário pelo  
208 Comitê de Normas, solicitando contribuições de Projetos de Lei que desejem aprovação e  
209 preocupações referente a sugestão de rejeição. A Senhora **Maria Crislane Pinto Pereira**, informou  
210 que houve a aprovação do dois GT's, que se encontram instituídos, e a coordenação encaminhará o

211 *e-mail*, oportunizando a inscrição de candidatos e solicitou para a Câmara a providência das  
212 resoluções para inserir no DOU. Colocou em votação, no pleno, o GT de Legislação e Normas, para  
213 aprovação dos PL's, com o prazo de 60 dias para finalização e o GT que realizará a avaliação da  
214 Cartilha de Abortamento, de documentos e tratativas de Direitos Sexuais Reprodutivos do  
215 Ministério da Saúde, com o prazo de 30 dias para finalização. Não havendo objeções, a Presidente  
216 **Ana Lucia Carvalho de Azevedo Muñoz dos Reis**, aprovou por unanimidade os Grupos de  
217 Trabalhos. A Conselheira **Celina Alves Padilha Arêas**, propôs que os conselhos estaduais e  
218 municipais sejam convidados a participar das reuniões do conselho. A Senhora **Maria Crislane**  
219 **Pinto Pereira**, destacou que não pode haver aprovação de GT sem resolução e solicitou que  
220 Câmara Técnica elabore a mesma com as normativas e em seguida será encaminhada por *e-mail*  
221 para votação. Seguiu para o Subitem 4.4. Câmara Técnica Assuntos Internacionais: A Conselheira  
222 **Laudelina Inácio da Silva**, destacou a importância da câmara, devido a necessidade de saber o que  
223 ocorre aqui e no exterior. Mencionou que não existe a presença da sociedade civil, nos eventos que  
224 são realizados no exterior e que normalmente a comunidade internacional tem apenas a visão do  
225 Governo Federal. Salientou que a Conferência Regional sobre a mulher da América Latina e Caribe,  
226 foi o primeiro tópico de pauta e explicou sobre a mesma. Informou que a Câmara não foi  
227 comunicada para a reunião, que aconteceu no Chile, em Reunião Extraordinária, de forma *on line*, e  
228 identificou-se que o Brasil não assinou o que foi deliberado em pauta. Relatou que a Conferência  
229 ocorrerá nos dias 07 e 11 de novembro de 2022. Solicitou o encaminhamento de envio de ofício a  
230 Secretaria Executiva do CNDM, formalizando a solicitação para a participação presencial de  
231 representantes da sociedade civil das CTI's CNDM, na Conferência da CEPAL em novembro, e  
232 enviar convite a Senhora Cristiane Langue, que é assessora da Secretaria Nacional do Direito da  
233 Política para mulheres, de forma a participar da próxima reunião da Câmara Técnica, ao final de  
234 agosto, para apresentar o estágio atual da proposta de elaboração e implantação de políticas de  
235 cuidados pelo governo brasileiro, de forma identificar o motivo do Brasil não ter assinado a  
236 proposta e quais as razões do governo brasileiro. Apontou que o segundo item da pauta foi  
237 abordado sobre a assembleia das delegadas da SIM e da OEA, o qual ocorreu na cidade do Panamá  
238 nos dias 25 e 26 de maio e para finalização da pauta ocorreu uma outra reunião, extraordinária, no  
239 dia 13 de julho e solicitou como encaminhamento que os documentos tratados nessa reunião, sejam  
240 também encaminhados a Câmara, que posteriormente vai articular uma reunião para análise desses  
241 temas propostos. Mencionou que o terceiro item de pauta, foi o relatório de documentos da reunião



242 do Mercosul Raymond, considerando um ato grave, justificando que os últimos documentos dessa  
243 reunião foram encaminhados pela presidência ao Paraguai e por *e-mail* às conselheiras, e após a  
244 análise percebeu-se que a fala não contemplou a sociedade civil brasileira. Informou que o convite  
245 foi recebido para essa reunião e elegeram a conselheira Adriana Rosa para representar esse  
246 Conselho e entregou juntamente com os ofícios toda a fala da Conselheira Adriana Rosa a qual  
247 considerou grandiosa e mencionou que na ata, que possui 90 páginas, não consta nenhuma linha da  
248 fala da Conselheira Adriana Rosa e ao perceber foi solicitado imediatamente ato continuo e não foi  
249 acatado. Relatou que a ata foi enviada a todos os países sem a participação desse conselho e  
250 mediante a situação estão reencaminhando, agora diretamente a secretaria do conselho para que seja  
251 enviado a presidência da Raymond para que seja considerada essa ata. Mencionou como último  
252 item a reunião da Raymond, para o próximo semestre, que será coordenada pelo Uruguai e até o  
253 momento não foi enviada à Câmara nenhuma informação sobre a data de sua realização. Anunciou  
254 que no dia 24 de agosto será realizado pelo G20, em Bali, localizada na Indonésia o Evento  
255 Ministerial da Conferência do Empoderamento da Mulher, houve o informe da Conselheira  
256 Francilene Mesquita, que apresentou informes sobre ações para articular a realização de eventos e  
257 atividades de conscientização pela garantia e respeito aos direitos humanos das pessoas atingidas  
258 pela hanseníase e seus familiares. Informou que ente os dias 22 e 26 de agosto acontecerá a 150ª  
259 Período de sessões da Corte Interamericana dos Direitos Humanos, com realização no Brasil, na  
260 sede do STJ, em Brasília, com possibilidade de participação do público em geral. Compartilhou que  
261 no segundo semestre de 2022, será realizado pela Assembleia Legislativa da Paraíba, um ato de  
262 reconhecimento de responsabilidade internacional, em relação aos fatos ocorridos no caso da  
263 Márcia Barbosa de Sousa e seus familiares. Realizaram os seguintes encaminhamentos: 1. Ofício ao  
264 CNDM, formalizando a solicitação para participação da reunião no Grupo do G20, ao ser realizada  
265 ao final de agosto; 2. Articular a organização de eventointernacional para debate sobre negligência  
266 no tratamento da hanseníase no mundo, sendo uma política de cuidados em parceria com o  
267 responsável pelo tema na CNPG; 3. Enviar link para inscrição do 150ª Período de Sessões da Corte  
268 Interamericana dos Direitos Humanos; 4. Reportar a CTI's CNDM, informações atualizadas sobre o  
269 cumprimento pelo Brasil das determinações da Corte Interamericana do caso Márcia Barbosa. A  
270 Conselheira **Sônia Maria Zerino da Silva**, questionou o motivo do conselho não participar mais  
271 das reuniões internacionais, nem mesmo de forma híbrida. A Presidente **Ana Lucia Carvalho de**  
272 **Azevedo Muñoz dos Reis**, mencionou solicitar assessoria internacional, pois desconhece esse fato.

273 Não havendo mais considerações a Presidente **Ana Lucia Carvalho de Azevedo Muñoz dos Reis**,  
274 encerrou o primeiro período da 2ª Reunião extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos da  
275 Mulher – CNDM. **Período da Tarde - 14:00h** - A Presidente **Ana Lucia Carvalho de Azevedo**  
276 **Muñoz dos Reis**, cumprimentou a todos e deu continuidade na pauta com o Item 5. As mulheres e a  
277 luta pelos direitos sexuais reprodutivos: A Conselheira **Vanja Andrea Reis dos Santos**, saudou a  
278 todas e explanou sobre o tema debatido. Convidou a Senhora Clarissa Cavalcante, representante da  
279 Cravinas – Clínica de Direitos Sexuais e Reprodutivos – Faculdade de Direito / Universidade de  
280 Brasília a se dirigir ao pleno. A Senhora **Clarissa Cavalcante**, cumprimentou a todos e apresentou-  
281 se. Explanou sobre o histórico da Cravinas, coordenado pela Dra. Débora Diniz, seus objetivos.  
282 Mencionou que no auge da pandemia o Ministério da Saúde revogou a única Nota Técnica que  
283 reafirma a essencialidade dos serviços de saúde sexual e reprodutivo durante a pandemia de COVID  
284 19 no país, citou a Portaria nº 2282/2020, que posteriormente foi substituída pela Portaria nº  
285 2561/2020, que criava novos obstáculos para o acesso ao aborto Legal, nos casos de violência  
286 sexual. Informou que em 2021 os ataques tiveram como alvo o aborto legal por tele saúde e que  
287 atuam com denúncias de forma a bloquear todos esses ataques. Relatou que foi elaborado com a  
288 Anis - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, um documento técnico que aponta as  
289 inconstitucionalidades, ilegalidades e contrariedades as evidências científicas do Manual do  
290 Ministério da Saúde, publicado em junho de 2022, acompanhado de 21 recomendações de diversas  
291 instituições. Informou que foi solicitado o adiamento da Audiência Pública convocada pelo  
292 Ministério para discussão do Manual, e alertou que a convocação foi realizada com apenas sete dias  
293 de antecedência, não houve a comunicação sobre a possibilidade de inscrição para exposição oral,  
294 não houve a apreciação das recomendações e a participação da sociedade civil, e considerou que  
295 comprometeu a legitimidade do evento. Salientou que a Cravinas defende as profissionais  
296 envolvidas na elaboração da Cartilha Aborto Legal via Tele Saúde, Orientações para serviço de  
297 saúde. Destacou que monitoram os casos de demonstram violações sistemáticas do direito ao aborto  
298 legal e citou casos recentes e que fazem parte da CPI contra o inquérito que acusa os profissionais  
299 que participaram do caso da menor em Santa Catarina. Sinalizou sobre a decisão referente ao  
300 caráter taxativo ou exemplificativo do roll da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e a  
301 recente decisão do STJ, que determina que os planos de saúde não necessitam fornecer tratamentos  
302 externo ao roll, o qual afeta diretamente, mulheres, crianças e famílias que vivem com doenças  
303 crônicas e com deficiência, como a Síndrome Congênita do Vírus Zica. Citou que apoiam as

304 mulheres vítimas do Essure, um contraceptivo elaborado pela Bayer que ocasionou diversos efeitos  
305 na saúde das mulheres em dez estados brasileiros e parabenizou o CNDM e as instituições presentes  
306 por oferecer a sociedade esse espaço de debate. A Senhora **Lúcia Bessa**, representante a  
307 Procuradoria Nacional da Mulher no Senado, cumprimentou a todos e transmitiu a saudação e  
308 homenagem da Senadora Leila Barros. Compreendeu a necessidade de explicar o objetivo da  
309 procuradoria e como pode agir de forma articulada juntamente ao Conselho. Lembrou que, no  
310 Distrito Federal, houve nesse ano de 2022, e, menos de sete meses onze feminicídios, sendo que  
311 desses onze era uma mulher trans. Mencionou que a procuradoria incentiva a participação das  
312 parlamentares em suas ações em participação nos trabalhos legislativos e no Senado Federal,  
313 realizam o recebimento, encaminhamento e examinam a todos os órgãos competentes as denúncias  
314 de violência e discriminação contra todas as mulheres, além de sugerir, fiscalizar e acompanhar a  
315 execução de programas do Governo Federal que visa a promoção da igualdade de gênero,  
316 implementação campanhas educativas e antidiscriminatórias, no âmbito regional e Nacional.  
317 Completou que cooperam com organismos Nacionais internacionais, público e privados, voltados  
318 para a implementação de políticas para as mulheres desse país. Destacou que promovem audiências  
319 Públicas, pesquisas e estudos sobre violência, discriminação contra a mulher e sobre a participação  
320 da mulher no cenário político desse país, realizam o monitoramento de todos os processos e  
321 projetos legislativos e que atualmente a Procuradoria possui um protocolo de denúncias de  
322 violências contra a mulher. Informou que nesse dia será celebrado a Lei nº 11.340, denominada Lei  
323 Maria da Penha, seus efeitos e impactos sobre a vida das mulheres e população desse país e  
324 agradeceu a todos e a coordenadora Isis Marra pela oportunidade. A Senhora **Elisabete Ferreira**,  
325 Diretora do Departamento de Promoção da Dignidade da Mulher – MMFDH, cumprimentou a  
326 todos e externou ser uma honra está presente nesse pleno. Realizou a sua audiodescrição e iniciou  
327 tratando e explanando sobre a Portaria nº 89 de 10 de janeiro, que trata das competências da  
328 Secretaria para a Promoção da Dignidade da Mulher a fim de que sejam respeitadas as suas  
329 dimensões individuais, familiar e social, que considerem as mulheres em sua integralidade.  
330 Salientou que é a primeira vez que a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres abre um  
331 espaço exclusivo para as demandas da maternidade tratando de diversos temas. Ressaltou que  
332 provenientes dessa ação o Governo Federal assinou um Decreto de nº 10.987 de 08 de março de  
333 2022, que trouxe a Instituição Mães do Brasil como estratégia de promoção dos direitos humanos e  
334 políticas públicas, destinada a proteção integral da dignidade das mulheres, afim de ampará-las no

335 exercício da maternidade, desde a concepção até o cuidado com os filhos e relatou os objetivos e  
336 ações do programa. Esclareceu que a promoção dos Direitos Humanos, incluindo direitos sexuais e  
337 reprodutivos, tem como desdobramentos a proteção e o fortalecimento dos direitos da mulher em  
338 todos os seus aspectos e principalmente nas relações sociais familiares e comunitárias. Completou  
339 que o Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos se posiciona em favor da Saúde  
340 reprodutiva da Mulher protegendo a vida desde a concepção e acolhendo as mulheres em suas  
341 diversas necessidades e diferentes realidades. Reproduziu a fala da Ministra da Mulher Cristiane  
342 Brito, “Defendemos a liberdade e a vida desde a concepção com os direitos mais fundamentais do  
343 ser humano” e agradeceu a todos. A Senhora **Eneida Guimarães**, representante da Comissão de  
344 Defesa dos Direitos da Mulher – CNDH, cumprimentou a todos os presentes e iniciou explanando  
345 sobre as construções e conquistas referente ao direito sexual e reprodutivo, o qual partiu desse  
346 contexto. Salientou que o Direito Sexual e reprodutivo são duas palavras separadas, mas considera  
347 interligadas e que o serviço de saúde deve ser mais acessível as mulheres. Destacou ser pertinente  
348 se ater ao leque de questões que são inseridas, não somente para o Ministério da Saúde, mas  
349 também a inter-relação com a própria questão das secretarias que discutem a relação da mulher, e  
350 considerou ser fundamental. Mencionou eu o CNDH possui diversas recomendações de notas e  
351 outros mecanismos que dialogam com a sociedade e autoridades para que seja conduzido uma  
352 melhoria de vida para a população. Citou que em 10 dezembro de 2020, na recomendação nº 20,  
353 que trata da revogação da Portaria nº 2.561 do Ministério da Saúde que trata sobre o procedimento  
354 de justificação e autorização na interrupção da gravidez e outras providências e justificou a  
355 necessidade aprovação dessa recomendação, além de recomendar o fortalecimento da consolidação,  
356 no âmbito Nacional, da rede integrada de atendimento as mulheres em situação de violência. Citou  
357 a recomendação nº 29 de 2021, que recomenda adoção de medidas referente a garantia do acesso de  
358 mulheres e meninas ao serviço de assistência e internação legal da gravidez via tele saúde. Destacou  
359 que volta recomendações ao Ministério da Saúde, ao Conselho Federal de Medicinam a Defensoria  
360 Pública e ao Ministério Público Federal e Estaduais. Mencionou outra recomendação que trata de  
361 medidas referente a Portaria nº 13 da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Inovações, que tornou  
362 pública a decisão de incorporar o Implantes subdérmicos na prevenção da gravidez planejada e dos  
363 grupos específico de mulheres no âmbito do SUS. Finalizou relatando que existe uma  
364 recomendação conjunta, que o texto foi trabalhado em parceria com outros órgãos, sendo o CNDM,  
365 o Conselho Nacional de Ouvidoria das Defensorias Públicas, O Conselho Nacional de Saúde e o

366 Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que também fazem parte das mesmas  
367 ações e preocupações, com o avanço de violência que vem acontecendo contra as mulheres e em  
368 especial contra as mulheres negras. A Conselheira **Vanja Andrea Reis dos Santos**, salientou que o  
369 Ministério da Saúde foi convidado para realizar uma exposição sobre a mesma temática, mas não  
370 enviou ninguém, além da Câmara e da ONU, e informou que a Câmara e o Ministério da Saúde  
371 nunca respondem aos convites. Ressaltou que a temática solicitada a ser tratada é referente a de  
372 direitos sexuais e reprodutivos e não somente sobre a questão da Maternidade, e esclareceu que  
373 mulher não é sinônimo de ser mãe sendo importante existir essa análise, para poder, realmente  
374 realizar um diálogo certo, humano e real sobre a questão dos direitos sexuais e reprodutivos.  
375 Explanou, referente a cartilha da gestante, sendo uma das temáticas solicitada, que traz em si uma  
376 série de constrangimentos e violações aos direitos, já garantido das mulheres, e uma delas é a  
377 questão de não reconhecimento do termo da violência obstétrica e mencionou o seguinte texto: “ Se  
378 você sofreu uma violência de pessoas próximas ou desconhecidas existe uma rede de proteção e  
379 você pode contar com ajuda dos profissionais da Saúde”, e considerou um absurdo citando o caso  
380 da mulher que foi estuprada durante o parto. Continuou citando outro tópico que diz: “A  
381 amamentação é um método eficaz para prevenir a gravidez”, esclareceu que todos sabem que isso é  
382 uma inverdade e mencionou que a cartilha trata que existem alguns procedimentos que não são  
383 indicados no momento do parto, e em nenhum momento cita a manobra de kristeller e a  
384 episiotomia, e que estão falando do direito reprodutivo da vida das mulheres. A Conselheira  
385 **Moema Carvalho**, mencionou que estão tratando de uma situação, que existe um roll de pessoas  
386 que não foram consultadas ou até mesmo foram consultadas e não obtiveram a sua fala garantida,  
387 para que uma Lei denominada “Mães do Brasil”, passasse por cima de tantas violências que essas  
388 pessoas acompanham. Destacou que foi esquecido propositalmente da violência obstétrica  
389 específica de mulheres negras, que também não se encontra nessa cartilha e citou situações com  
390 mulheres negras que são importantes e que não consta, citando ainda as mulheres indígenas.  
391 Externou sua lamentação, justificando que existem no pleno, mulheres especialistas, juristas,  
392 intelectuais, teóricas, que estão presentes e que o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher não  
393 tem participado de pautas como essa e mediante a isso entende-se o motivo do governo celebrar,  
394 agora passando para 78 decretos, sendo como esse. A Conselheira **Gláucia de Fátima Barban**  
395 **Morelli**, questionou a Senhora Eneida Guimarães, qual a devolutiva do Ministério da Saúde para  
396 tantas e acertadas recomendações, e se houve ou não alguma. Prosseguiu questionando se existe

397 algum procedimento para que o Ministério da Saúde realize a devolutiva. Mencionou que observou,  
398 através das redes sociais, onde um garoto de 11 anos, em Belo Horizonte, ligou para a polícia e  
399 relatou que estava passando fome e solicitou comida, sendo ele de uma família de mãe sozinha, negra  
400 e com mais seis filhos. Esclareceu que ao falar sobre maternidade é necessário olhar dentro de todo  
401 um contexto, sendo obrigação constitucional ao governo garantir as condições de viver e não  
402 apenas sobreviver. Mencionou a questão do autismo, e do rol taxativo dos planos de saúde, onde os  
403 autistas ficaram sem acesso às condições necessárias para assegurar a sua situação e a Secretaria  
404 não se posiciona. Questionou quando uma juíza decide um veredito sobre a criança de 11 anos que  
405 viveu um estupro e que a ela foi negado por um tempo, o direito ao aborto legal, se a mesma  
406 posteriormente iria sustentar emocionalmente e financeiramente essa família e a criança. A  
407 Conselheira **Nágyla Maria Galdino Drumond**, mencionou referente à apresentação da  
408 representante do Departamento de Promoção da Dignidade da Mulher, que não concorda com as  
409 linhas de ações apresentadas, que os títulos dessas linhas de ações poderiam ser pauta de muitas  
410 intervenções e questionou se ao longo desses dois anos, se o departamento foi criado em 2019,  
411 qual o orçamento e dentro das linhas de ação, quanto foi investido de dinheiro público em cada uma e  
412 quantas mulheres, citando as mães raras e atípicas, afirmando que não concorda com esse termo e  
413 nem com a titularidade dos outros termos e questionou ainda como funciona esse departamento. A  
414 Conselheira **Estela Márcia Rondina Scandola**, apontou a necessidade de tomada de decisões nesse  
415 Conselho Nacional de Direitos da Mulher, sendo que entre as quatro falas presentes, percebeu que  
416 existem algumas questões dialéticas e das contradições que ficam evidentes entre o dito e o feito, entre  
417 o discurso e a realidade, família que temos e a que querem nos impor, entre a defesa da barbárie e a  
418 defesa dos direitos, entre a implementação de direitos conforme a constituição dos direitos humanos  
419 e as pessoas que derrubam esses direitos a todo momento, entre aqueles que acham que os violentos  
420 são loucos e os que acham que loucos são os que querem que a violência seja regra, entre aquelas  
421 que promovem a equidade e aquelas que aprofundam as desigualdades. Reiterou que essas questões  
422 ficam evidentes nas quatro falas que presenciou. Externou que o seu sentimento é que esse  
423 Conselho necessita preparar a vinda de um novo Brasil, que deverá ser reconstruído, quase que  
424 desde o princípio e conclamou a todas que seja realizada uma mobilização forte nos GT's e nas CT,  
425 para preparar um novo Conselho Nacional, que por certo acontecerá em janeiro e agradeceu. A  
426 Conselheira **Evelin Cavalini Santana**, apontou suas indagações à representante do  
427 Departamento de Promoção da Dignidade da Mulher, ressaltando que quando a mesma coloca com

428 muito orgulho a defesa da vida desde a concepção, considerou que a mesma está sendo  
429 minimamente uma genocida de vidas, das meninas que são estupradas e que não possuem o direito  
430 do aborto legal. Informou, de forma exaltada, que relatar números é fácil e solicitou que a mesma  
431 olhasse para rosto de quem foi estuprada desde os sete anos, e que hoje vive a base de remédios,  
432 devido a depressão, e questionou onde se encontra a dignidade. Continuou afirmando que foram  
433 mulheres como essas do conselho que ajudaram o aborto ser legal e a entusiasmaram para vida. A  
434 Presidente **Ana Lucia Carvalho de Azevedo Muñoz dos Reis**, solicitou que houvesse respeito nas  
435 falas, e lembrou que todas representam instituições não destinando nenhum tipo de julgamento as  
436 pessoas e repudiou a acusação de genocida feita pela conselheira, além das palavras de baixo calão  
437 mencionadas. A Conselheira **Vanja Andrea Reis dos Santos**, reiterou as palavras da presidente e  
438 se desculpou com a representante do Departamento de Promoção da Dignidade da Mulher, e se  
439 solidarizou com todo o sofrimento passado pela Conselheira Evelin Cavallini Santana, que a fala da  
440 mesma possui um fundamento, mas deve existir respeito. A Conselheira **Beatriz Maria Luchese**  
441 **Peruffo**, e mencionou que foi elaborado, em conjunto, com a Conselheira Laudelina Inácio da  
442 Silva, uma Nota Técnica exatamente sobre o lançamento da Carteira Nacional da Gestante, por  
443 invisibilizar a violência obstétrica e defender práticas não baseadas em evidências científicas.  
444 Salientou que defende o respeito as diretrizes dos objetivos do milênio da ONU, ressaltando  
445 especificadamente a ODS 5.6, que assegura o acesso universal a saúde sexual e reprodutiva e os  
446 direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o programa de ação da Conferência  
447 Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a plataforma de ação de Pequim e os  
448 documentos resultantes de suas conferências de revisão. Alegou que defendem punição e a  
449 prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, inclusive a obstétrica. A Senhora  
450 Elisabete Ferreira, mencionou que o tema do debate é realmente acalorado e realizou um relato  
451 pessoal em solidariedade a Conselheira Evelin Cavallini Santana e considerou um avanço pensar na  
452 promoção juntamente com a prevenção da mulher. Completou que são completamente contra  
453 qualquer tipo de violação dos direitos humanos e ao sofrimento de uma mulher e enfatizou que o  
454 maior direito humano é o direito a vida e jamais abriria mão disso e que respeita todas as opiniões  
455 contrárias do pleno e a cada mulher que se encontra presente. A Senhora **Clarissa Cavalcante**,  
456 pontuou ser complexo comparar a proteção da vida desde a concepção com os direitos humanos,  
457 salientou que não cabe e que essa narrativa tem criado obstáculos para os casos previstos em lei,  
458 sendo desnecessário mencionar sobreviventes ao aborto, sendo um procedimento de saúde seguro e

459 eficaz. A Senhora **Eneida Guimarães**, replicou sobre o questionamento realizado a sua pessoa, que  
460 o CNDH, faz a sua parte, mas que no contexto vivenciado atualmente, alguns analisam que deve ser  
461 considerado somente o que pensam e querem, com isso as vezes não se tem uma resposta  
462 necessária. Manifestou que gostou da fala de cada uma no pleno, e quando a Conselheira Estela  
463 Márcia Rondina Scandola relata as contradições compreendeu como um chamado e que estamos  
464 vivendo em um momento em que todas são a maioria das eleitoras, pelas primeiras vezes, além de  
465 ser a maioria que sofre, e também a população pobre. Citou o caso da juíza questionando a criança  
466 se a mesma não pode aguentar um pouco mais, que no caso para o outro ser feliz e querer uma  
467 criança viva, e compreende que não existe empatia e muito menos entende a filosofia da vida e  
468 agradeceu. A Conselheira **Vanja Andrea Reis dos Santos**, agradeceu a contribuição de cada  
469 conselheira para esse debate, e salientou que vivemos em um país onde a fome aumentou, sendo  
470 mais de 33 milhões de pessoas com fome e dessas, 66% são famílias chefiadas por pessoas negras e  
471 pardas, dessas, a maioria são mulheres e justificou que a fome, a violência e o desemprego do  
472 Brasil tem a face da mulher e concluiu que vivemos em um país de desigualdade e que realmente é  
473 necessário monitorar as políticas públicas, sendo esse, um papel desse conselho. Passou-se para  
474 uma inversão de pauta, ao Item 8. Eleições da Comissões: A Senhora **Maria Crislane Pinto**  
475 **Pereira**, realizou uma contextualização informando sobre cada comissão, suas responsabilidades, e  
476 como funcionam. Informou que a comissão possui três vagas, que como candidatas relatou as  
477 Conselheiras: Evelin Cavolini Santana, Gilcelene Braga Assunção, Glaucia de Fátima Barban  
478 Morell e Deusimar Corrêa. Questionou se possui alguém da sociedade civil, como titular, que tenha  
479 interesse em se candidatar para essas três vagas. Relatou que a Adriana Rosa dos Santos, Estela  
480 Márcia Rondina Scandola e Beatriz Maria Luchese Peruffo, estão como suplentes. A Senhora  
481 **Nágyla Maria Galdino Drumond**, questionou se como suplente, pode se candidatar a vaga de  
482 titular. A Senhora **Maria Crislane Pinto Pereira**, replicou que haverá vaga para todos em outras  
483 comissões. A Conselheira **Vanja Andrea Reis dos Santos**, sugeriu que relatassem todas as  
484 comissões e explanassem sobre suas designações para posteriormente definir os candidatos, o que  
485 foi consensuado e realizada a leitura pela Senhora **Maria Crislane Pinto Pereira**. Esclareceu que  
486 na Comissão de Temática e Relatoria, não houve inscritos, na Comissão de Comunicação e Cultura,  
487 existe 02 titulares da Sociedade Civil e 01 do Governo, a Comissão de Ação e Mobilização está  
488 com 02 titulares da Sociedade civil e 01 do governo indicada, na Comissão de Infraestrutura e  
489 Logística, tem somente 01 inscrito. Observou que como presidente das Câmaras Técnicas se tem:



490 Câmara Técnica Plano Nacional Políticas para as Mulheres: Vanja Andrea Reis dos Santos; Câmara  
491 Técnica de Legislação e Normas: Adélia Moreira Pessoa; Câmara Técnica Assuntos Internacionais:  
492 Laudelina Inácio da Silva e Câmara Técnica Planejamento e Orçamento: Mara Luzia Feltes.  
493 Definiu-se as vagas das outras comissões, sendo a Comissão de Temática e Relatoria, preenchida  
494 mas não foi relatado os nomes em reunião, a Comissão de Comunicação e Cultura: Titular  
495 Sociedade Civil: Sônia Maria Zerino da Silva e Francilene Mesquita e posteriormente as indicações  
496 do governo, a suplência também foi preenchida mas não houve o relato do nome durante a reunião,  
497 a Comissão de Articulação e Mobilização: Titularidade da Sociedade Civil: Daniele Yoshida,  
498 Nágyla Maria Galdino Drumond e Cleide Silva Pereira Pinto e suplente: Rafaela Damasceno, não  
499 sendo relatado o nome das eleitas e a Comissão de Infraestrutura e Logística: Titularidade da  
500 Sociedade Civil: Geovana Baby e Berenice D'arc Jacinto e decisão posterior do governo, a  
501 suplência foi preenchida, mas não foi relatada em reunião. Devido ao tempo avançado os itens da  
502 pauta: 6. O orçamento destinado às políticas públicas para as mulheres e seus desafios - Exposição  
503 do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; 7. Projetos que tramitam no senado e  
504 na câmara: Retrocesso ou avanço? - Senado ou Câmara e 9. Construção do calendário para a 5º  
505 conferência, foram postergados para a próxima reunião. Passou para o Item 10. Encerramento: A  
506 Presidente **Ana Lucia Carvalho de Azevedo Muñoz dos Reis**, agradeceu a participação e  
507 comprometimento de todos, encerrando a 2ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos  
508 Direitos da Mulher – CNDM.